

MINUTA DO CONTRATO N° ____/2026
DESDOBRAMENTO DO CONCURSO N° 01/2026

CONTRATO N° ____/____ - DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A
FINATEC E A PESSOA JURÍDICA
_____, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.

Processo n° ____-____.____/____

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/00 sob o nº 37.116.704/0001-34, sediada na Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Edifício FINATEC, Asa Norte, Brasília-DF, por seu representante legal ao final assinado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.____/____-__, com sede _____, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme o Edital do Concurso nº 01/2026, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Arquitetura para o desenvolvimento de Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares para a Casa da Mulher Indígena (CAMI) REFERÊNCIA, no Brasil, a partir da Proposta declarada vencedora do Concurso Público Nacional de Ideias de Arquitetura para a Casa da Mulher Indígena (CAMI), Concurso nº 01/2026, com fundamento no Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 03/2024 firmado entre o Ministério das Mulheres (MMulheres) e a Universidade de Brasília (UnB), representada pelo LAB Mulheres, Arquitetura e Território (LAB Mulheres) e pelo projeto de pesquisa “Diretrizes para o Projeto Arquitetônico e Executivo da Casa da Mulher Indígena”, no âmbito do qual se insere o Concurso.
- 1.2. Os serviços serão executados em obediência a todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidos no Edital do Concurso nº 01/2026 e em todos os demais documentos integrantes das Bases do Concurso, inclusive este Contrato e seus Anexos.

- 1.3.** Poderão constituir objeto do presente Contrato outros serviços pertinentes ao escopo ora contratado, discriminado no Anexo 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato, e cuja execução tenha implicação direta com aqueles de responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.4.** A prestação dos serviços objeto deste Contrato se fará por meio da emissão de Ordens de Início de Serviços, parciais ou totais, que passarão a fazer parte integrante deste Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS (PROJETOS)

- 2.1.** Os serviços fruto deste Contrato deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com as condições, descrições, prazos, e especificações constantes dos Anexos deste Contrato, independentemente de transcrição.
- 2.2.** Os Projetos objeto deste Contrato são os relacionados nos itens 2.2.1 e 2.2.2, discriminados no Anexo 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato.

- 2.2.1.** Como desdobramentos diretos do Concurso nº 01/2026, serão desenvolvidos:

2.2.1.1. Para a CAMI REFERÊNCIA:

- 2.2.1.1.1.** Revisão da Proposta de Ideias de Arquitetura, declarada vencedora do Concurso, apresentada em nível de Estudo Preliminar
- 2.2.1.1.2.** Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares, contemplando todas as soluções executivas e possibilidades de utilização que demandem detalhamento específico previstas para a CAMI REFERÊNCIA e para as adaptações da CAMI REFERÊNCIA para as CAMI (BIOMA) dos itens 2.2.1.2 e 2.2.1.3 e 2.2.2.1 a 2.2.2.4
- 2.2.1.1.3.** Coordenação e Compatibilização do Projeto Executivo de Arquitetura da CAMI REFERÊNCIA e dos Projetos Complementares
- 2.2.1.1.4.** Caderno Executivo e de Adaptabilidade das CAMI, contendo uma versão sucinta dos Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares da CAMI REFERÊNCIA, bem como de todas as soluções executivas e possibilidades de utilização que demandem detalhamento específico, pensadas para sua adaptabilidade às CAMI (BIOMA) dos itens 2.2.1.2 e

2.2.1.3 e 2.2.2.1 a 2.2.2.4. Deverá se organizar separadamente por cada CAMI (REFERÊNCIA E BIOMA) prevista nos itens 2.2.1.2 e 2.2.1.3 e 2.2.2.1 a 2.2.2.4

2.2.1.1.5. Caderno de Orientações aos Gestores Públicos destinado à execução de novas CAMI a partir de adaptações e complementações dos Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares da CAMI REFERÊNCIA, tendo como base também os Estudos Preliminares das CAMI (BIOMA) dos itens 2.2.1.2 e 2.2.1.3 e 2.2.2.1 a 2.2.2.4

2.2.1.1.6. Caderno de Encargos e Especificações

2.2.1.1.7. Orçamento Sintético e Analítico

2.2.1.2. Para a CAMI AMAZÔNIA:

a. Revisão da Proposta de Ideias de Arquitetura, declarada vencedora do Concurso, apresentada em nível de Estudo Preliminar

2.2.1.3. Para a CAMI CERRADO:

a. Revisão da Proposta de Ideias de Arquitetura, declarada vencedora do Concurso, apresentada em nível de Estudo Preliminar

2.2.2. De forma complementar ao Concurso nº 01/2026, serão desenvolvidos:

2.2.2.1. Estudo Preliminar de Arquitetura para a CAMI CAATINGA, para o qual será entregue o terreno modelo CAATINGA no ato da assinatura deste Contrato

2.2.2.2. Estudo Preliminar de Arquitetura para a CAMI MATA ATLÂNTICA, para o qual será entregue o terreno modelo MATA ATLÂNTICA no ato da assinatura deste Contrato

2.2.2.3. Estudo Preliminar de Arquitetura para a CAMI PAMPA, para o qual será entregue o terreno modelo PAMPA no ato da assinatura deste Contrato

2.2.2.4. Estudo Preliminar de Arquitetura para a CAMI PANTANAL, para o qual será entregue o terreno modelo PANTANAL no ato da assinatura deste Contrato

- 2.3.** Para desenvolvimento dos Projetos, a CONTRATADA deverá ajustar a Proposta apresentada no Concurso, de modo a adequá-la às observações e recomendações da Comissão Julgadora, conforme revisão prevista no item 2.2.1.1.1, bem como às observações da CONTRATANTE e do LAB Mulheres, em todas as entregas estabelecidas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA, PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1.** Para todos os fins e efeitos legais, este Contrato tem prazo de vigência de 7 (sete) meses, contados da assinatura do presente instrumento.
- 3.2.** O prazo total de execução do escopo do Contrato, pormenorizado no Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato, será de 150 (cento e cinquenta) dias, prorrogáveis mediante termo até o limite da vigência deste Contrato.
- 3.3.** O prazo total de execução se inicia a partir da emissão de Ordem de Serviço que, a exclusivo critério da CONTRATANTE, poderá ser autorizada em partes, mediante a emissão de Ordem Parcial de Serviços.
- 3.4.** O prazo total de execução não pode ultrapassar o prazo de vigência contratual.
- 3.4.1.** Extrapolando-se o prazo total de execução e/ou o prazo de vigência contratual, poderá ser cobrada penalidade/multa, com direito a contraditório e ampla defesa.
- 3.4.2.** Os atrasos justificados e comprovados pela CONTRATADA serão devidamente considerados.
- 3.4.3.** A paralisação ou atrasos ocasionados na execução dos serviços, devidos a caso fortuito ou força maior, deverão ser justificados por escrito e submetidos, pela CONTRATADA, à apreciação da CONTRATANTE, que poderá ou não acolher a justificativa.
- 3.5.** A inobservância dos prazos estipulados no presente Contrato somente será admitida pela CONTRATANTE quando fundamentada nos motivos elencados na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 12.378/2010, no “Regulamento Nacional de Concursos do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)”, no Edital e em todos os documentos das Bases do Concurso nº 01/2026 e, no que couber, na Lei Federal nº 9.610/98 e na Resolução nº 67/2013 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e deverá ser comprovada, sob pena de a CONTRATADA incorrer em multa, consoante a cláusula décima sexta.

3.6. O regime de execução dos serviços é de empreitada por preço global.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E REMUNERAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O valor global dos serviços objeto deste Contrato é de R\$772.869,47 (setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos), fixo e irrevogável.

4.1.1. No valor global dos serviços já se acham incluídas todas as despesas diretas e indiretas, de responsabilidade da CONTRATADA, relativas à mão de obra, administração, equipamentos, materiais, deslocamentos, traslados, impostos, taxas e emolumentos, encargos sociais e trabalhistas, lucros, e quaisquer outros encargos necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato, de forma que nada mais poderá ser cobrado da CONTRATANTE.

4.2. O valor global referido no item 4.1 será remunerado de acordo com os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos, pela CONTRATANTE, em consonância com o Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.

4.2.1. Após a homologação do resultado final do Concurso e na assinatura deste Contrato, a CONTRATADA receberá o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) referentes à premiação, considerada como parte do trabalho licitado e contratado. A Proposta julgada no Concurso, apresentada em nível de Estudo Preliminar, será a primeira fase de entrega deste Contrato.

4.2.2. Os demais valores serão pagos por etapas, conforme indicado no Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato, podendo as parcelas serem antecipadas caso a CONTRATADA entregue os Projetos em conformidade e correspondentes à fase em que estiverem, antes do prazo estipulado.

4.2.3. A CONTRATANTE poderá solicitar justificativa pelos eventuais atrasos da CONTRATADA, que deverá apresentar justificativa aceitável para não incorrer em penalidade contratual.

4.3. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação das respectivas Notas Fiscais, e estão condicionados à entrega de cada fase e sua aprovação e medição pela CONTRATANTE.

4.3.1. Todas as Notas Fiscais deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, juntamente com comprovação pela CONTRATADA do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS relativas às faturas anteriores.

- 4.3.2.** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto com as faturas as certidões negativas do FGTS, INSS, GDF e da Justiça do Trabalho (CNDT).
- 4.3.3.** As Notas Fiscais defeituosas serão devolvidas para correção, implicando o reinício do prazo para pagamento, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.
- 4.3.4.** O atraso no pagamento, por culpa da CONTRATANTE, acarretará a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.
- 4.4.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de responsabilidade pelos serviços executados ou implicará a aceitação dos mesmos.
- 4.5.** A exclusivo critério da CONTRATANTE poderá, eventualmente, não ser necessária a execução de um ou mais componentes ou partes dos Projetos, produtos e serviços objeto deste Contrato. Nesse caso, será deduzido o valor correspondente ao Projeto, produto ou serviço não desenvolvido, considerando-se, para este fim, os preços de cada um, discriminados no Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

- 5.1.** A CONTRATADA deverá manter, durante o prazo de vigência do presente contrato, como garantia à fiel e regular execução dos serviços, uma garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, correspondendo a R\$ 38.643,47 (trinta e oito mil seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e sete centavos), retidos por poupança em conta conjunta, título de capitalização-seguro ou outro.
- 5.2.** A garantia contratual será devolvida, desde que não haja pendências a solucionar, mediante solicitação por escrito da CONTRATADA, após o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.
- 5.3.** A CONTRATANTE poderá descontar do valor da garantia contratual toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA.
- 5.4.** A Garantia Contratual deverá ser complementada sempre que houver alteração do valor contratual ou do prazo de vigência do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. Além das responsabilidades previstas neste Contrato e nos Anexos 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato e 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato que o integram, a CONTRATANTE obriga-se ao que segue nos itens 6.1.1 a 6.1.8.

6.1.1. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato.

6.1.2. Designar representante credenciada(o) ou comissão executora para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, de modo a zelar pela qualidade, transparência e agilidade, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.2.1. A(o) representante credenciada(o) ou comissão executora será designada(o) no âmbito do Projeto “Diretrizes para o Projeto Arquitetônico e Executivo da Casa da Mulher Indígena”, em desenvolvimento científico e acadêmico pelo LAB Mulheres da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB).

6.1.3. Providenciar e executar todas as ações administrativas de sua exclusiva competência, relativas à execução dos trabalhos.

6.1.4. Exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados neste Contrato, avaliando, também, a qualidade dos serviços realizados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte.

6.1.5. Assegurar os direitos e as prerrogativas inerentes ao exercício da profissão de arquiteto e urbanista, previstos na Lei Federal nº 12.378/2010, que regula o exercício da profissão.

6.1.6. Assegurar que a cessão de direitos autorais patrimoniais se restrinja apenas aos Projetos contratados, em respeito ao disposto no art. 5º, XXVII, da CF, na Lei Federal nº 12.378/2010 e na Lei Federal nº 9.610/98.

6.1.7. Assegurar os direitos autorais morais dos autores dos Projetos objeto deste Contrato, contidos na Lei Federal nº 9.610/98.

6.1.8. Realizar os pagamentos à CONTRATADA na forma e condições previstas mediante a efetiva e perfeita entrega dos produtos contratados, estabelecidos na cláusula segunda.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA, além das responsabilidades previstas neste Contrato e nos Anexos 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato e 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato que o integram, obriga-se ao previsto nos itens 7.1.1 a 7.1.16.

7.1.1. Executar os serviços de acordo com todas as exigências contidas neste Contrato, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato e nos prazos parciais e totais previstos no Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.

7.1.2. Emitir as notas fiscais referentes aos serviços aceitos e medidos pela fiscalização, de acordo com a legislação aplicável e com o Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.

7.1.3. Responsabilizar-se técnica e profissionalmente pelos serviços contratados e pelas atividades a serem desenvolvidas, executando-os em conformidade com a legislação e normas técnicas aplicáveis, devendo ainda conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA.

7.1.4. Manter, durante toda a execução do Contrato, capacidade técnica compatível com os serviços contratados e adequada ao pleno atendimento dos objetivos do Contrato, evitando qualquer interrupção.

7.1.5. A CONTRATADA é responsável pela qualidade dos serviços realizados, obrigando-se a afastar qualquer empregado ou preposto a seu encargo cuja presença seja considerada pela Fiscalização prejudicial ao bom andamento, à regularidade e à perfeição dos serviços.

7.1.6. Atender às determinações e às exigências formuladas e prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.

7.1.7. Manter entendimentos com a CONTRATANTE, mantendo-a sempre informada de dados e acontecimentos relevantes.

7.1.8. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução de suas atividades e que possa prejudicar a entrega dos produtos previstos no Anexo 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato nos prazos

estabelecidos no Anexo 08.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.

- 7.1.9.** Desde que de responsabilidade da CONTRATADA, solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com o objeto deste Contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
- 7.1.10.** Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta da CONTRATANTE, sem expressa autorização.
- 7.1.11.** Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos e/ou prejuízos, de qualquer natureza, inclusive aqueles provocados por ineficiência ou irregularidades, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto deste Contrato, por si, seus prepostos, associados ou funcionários, mesmo que ocasionados por ação ou omissão, obrigando-se a responder por si e por seus sucessores.
- 7.1.11.1. Ressalvam-se da responsabilidade de ressarcimento os casos fortuitos ou de força maior contemplados pelo Código Civil Brasileiro, isentando, em qualquer caso, a CONTRATANTE, em toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência de prejuízo.
- 7.1.12.** Substituir ou refazer, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pela CONTRATANTE, no prazo por esta fixado.
- 7.1.13.** Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com materiais, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos e mão de obra necessários à completa realização dos serviços (quando for o caso), até a respectiva entrega, perfeitamente concluída ou até o seu término, nos termos apresentados nos itens 7.1.13.1 a 7.1.13.7. Exceto no que se refere à responsabilidade trabalhista subsidiária, a CONTRATANTE fica isenta de qualquer responsabilidade solidária ou direta nas esferas civil, penal, fiscal, tributária ou trabalhista.
- 7.1.13.1. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas de seus empregados que porventura serão utilizados por força da execução do presente Contrato,

eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária ou solidária.

- 7.1.13.2. Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato pela CONTRATADA, com a inclusão da CONTRATANTE no polo passivo como responsável subsidiário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a até três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.
- 7.1.13.3. A retenção prevista no item 7.1.13.2 será realizada na data do conhecimento pela CONTRATANTE da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.
- 7.1.13.4. A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela CONTRATADA.
- 7.1.13.5. Ocorrendo o término do Contrato sem que tenha sido proferida a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.
- 7.1.13.6. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, no que concerne às contratações com vínculo empregatício de seus empregados para a execução dos serviços aqui contratados.
- 7.1.13.7. Manter as suas condições de habilitação e de qualificação exigidas no Concurso Público Nacional de Ideias de Arquitetura para a Casa da Mulher Indígena (CAMI), durante todo o prazo de execução contratual.
- 7.1.14.** A CONTRATADA é responsável por todos os custos e segurança dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE nenhum ônus por motivo de perdas, roubos ou despesas com seguro dos mesmos.
- 7.1.15.** A CONTRATADA é responsável pela análise e pelos estudos dos elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução dos serviços, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação

de ignorância de tais documentos. Caso a CONTRATADA constatare quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, à CONTRATANTE para que tais defeitos sejam sanados, se procedentes forem.

- 7.1.16.** A CONTRATADA é responsável direta e exclusivamente pela execução, administração e coordenação da totalidade dos serviços objeto do presente Contrato, e responderá criminalmente por todos os danos, perdas e/ou prejuízos que por dolo ou culpa, no exercício de suas atividades, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados, ou por empregados subcontratados, à CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.2.** Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da pessoa física arquiteta e urbanista _____, portador(a) do registro profissional nº _____-__, expedido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), CPF nº ____-____-__, que está autorizada(o) a representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE, em matéria de serviços.
- 7.2.1.** A CONTRATADA obriga-se a manter a pessoa física indicada no item 7.2 como preposta habilitada a representá-la em tudo que se relacione com a execução do Contrato e responsável técnica na direção dos trabalhos até a sua inteira conclusão. A substituição ficará submetida à aceitação da CONTRATANTE e somente poderá ser feita por outra(o) que comprovadamente tenha a mesma capacidade e experiência.
- 7.2.2.** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) pela execução dos serviços junto ao CAU, as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) pela execução dos serviços junto ao CREA e/ou os respectivos documentos junto a outros Conselhos Profissionais envolvidos até o 10º (décimo) dia corrido, contado a partir da emissão de Ordem de Início dos Serviços.
- 7.3.** O uso de marcas, patentes, registros, processos e licenças inerentes à execução deste Contrato, quando for o caso, é de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que também se obriga a eximir a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida.
- 7.4.** Caso a CONTRATADA não possua sede na cidade de Brasília-DF, a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério e com base no princípio da razoabilidade, poderá requerer o comparecimento presencial da pessoa física responsável técnica e/ou de representante qualificado da equipe

técnica para participar de diligências e reuniões necessárias ao fiel cumprimento dos objetivos deste Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO

- 8.1.** Não se estabelece, por força deste Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza entre o pessoal da CONTRATADA e a CONTRATANTE. A CONTRATADA é a única responsável pela contratação e pagamento de salários dos empregados envolvidos na execução dos serviços, bem como pelo recolhimento do FGTS e INSS incidentes, responsabilizando-se por eventual reclamação trabalhista, ou por qualquer outra demanda judicial, oriundas da relação de trabalho que se estabelecer para a execução do objeto deste Contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária.

9. CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1.** É vedada a subcontratação total do objeto do Contrato.
- 9.2.** Desde que não se refira ao núcleo do objeto contratado, é permitida a subcontratação parcial para os Projetos Complementares, mas apenas até o limite de 49% (quarenta e nove por cento) do valor total do Contrato.
- 9.3.** A subcontratação parcial depende de autorização prévia por parte da CONTRATANTE, à qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal, social e trabalhista.
- 9.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 10.1.** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste Contrato, a CONTRATANTE, por meio de seus funcionários ou de prepostos formalmente designados, se

reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços e para esse efeito, a CONTRATADA obriga-se ao apresentado nos itens 10.1.1 a 10.1.3.

- 10.1.1.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE e seus prepostos garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
- 10.1.2.** Atender prontamente às reclamações, exigências ou observações feitas pela CONTRATANTE ou seus prepostos, desfazendo, corrigindo ou refazendo, quando for o caso, à sua própria custa, os serviços que não obedeçam aos respectivos Projetos, especificações, memoriais descritivos ou normas técnicas pertinentes.
- 10.1.3.** Sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo executado com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança pública ou bens da CONTRATANTE ou ainda por inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da CONTRATANTE, e seus prepostos, cabendo à CONTRATADA todos os ônus com a paralisação.
- 10.2.** A CONTRATANTE se fará representar no local dos serviços por sua(seu) representante credenciada(o) ou comissão executora e, na falta ou impedimento destes, por sua(seu) substituta(o) com as mesmas atribuições e poderes.
- 10.3.** Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas à execução dos serviços, feitas pela CONTRATANTE ou seus prepostos à CONTRATADA ou vice-versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processados por escrito.
- 10.4.** A atuação fiscalizadora da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA relativamente aos serviços contratados, sua execução e as respectivas consequências e implicações, próximas ou remotas, ou perante terceiros, do mesmo modo a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 11.1.** A aceitação dos serviços se dará mediante a avaliação da(o) representante credenciada(o) ou comissão executora designada(o) pela CONTRATANTE, que constatará se os serviços atendem a todas as especificações contidas neste Contrato e em seus Anexos 08.01 – Minuta do Escopo do Contrato e 09.02 – Minuta do Cronograma de Desembolso do Contrato.
- 11.2.** Caso haja recusa de aceitação, por não atenderem os serviços às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá refazê-los às suas expensas, passando-se a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação dos serviços refeitos.
- 11.3.** O objeto do Contrato será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e com os demais documentos anexos que o integram.
- 11.4.** O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado pela(o) representante credenciada(o) para seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado.
- 11.5.** O Termo de Recebimento Definitivo deverá ser lavrado pela(o) representante credenciada(o) ou comissão executora designada(o) pela CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 11.6.** A CONTRATANTE poderá designar também uma equipe técnica de recebimento e fiscalização formada por técnicos de seu quadro funcional, além da(o) representante credenciada(o) ou da comissão executora para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Contrato, ficando os demais integrantes do quadro funcional da CONTRATANTE no dever de prestar à equipe designada o apoio que ela vier a requisitar para o desempenho de suas atividades.
- 11.7.** A CONTRATANTE se reserva o direito de suspender temporariamente os serviços sempre que se fizer necessário.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROPRIEDADE

- 12.1.** A CONTRATADA reafirma a cessão e transferência, previamente concedidas no âmbito do Concurso nº 01/2026, dos direitos autorais patrimoniais sobre todos os produtos gerados em razão do Edital do

Concurso e deste Contrato à CONTRATANTE e à Universidade de Brasília (UnB), que farão deles o uso que lhe convier, conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

- 12.2.** A cessão dos direitos autorais patrimoniais à CONTRATANTE e à UnB se dá sem quaisquer ônus adicionais, conforme previsão contida no Parágrafo Único do Art. 30 c/c Artigo 93 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.3.** A CONTRATANTE e a UnB poderão utilizar os Projetos entregues no âmbito deste Contrato como base e referência para adaptações a diferentes terrenos e contextos no território nacional, visando à construção de novas unidades da Casa da Mulher Indígena (CAMI). Tal utilização não gerará direito a qualquer remuneração adicional às(aos) autoras(es) dos referidos Projetos.
- 12.4.** Ficam ressalvados o direito de a CONTRATADA ser comunicada em caso de eventual futura alteração e/ou adaptação dos Projetos objeto deste Contrato, conforme previsto no art. 93, §3º, da Lei 14.133/2021, bem como o direito de os divulgar e publicar, total ou parcialmente, por qualquer meio, em mídia digital ou eletrônica, no Brasil ou no exterior, apresentando-os como de sua autoria, independentemente de autorização da CONTRATANTE ou da INTERVENIENTE ANUENTE, desde que as entidades sejam expressamente citadas.
- 12.4.1.** Nos termos da Resolução nº 67/2013 do CAU, as(os) responsáveis técnicas(os) por Projetos que eventualmente venham a resultar das adaptações referenciadas nos itens 12.3 e 12.4 o comunicarão à CONTRATADA, via e-mail cadastrado no Concurso ou e-mail posteriormente registrado junto à CONTRATANTE.
- 12.5.** A CONTRATADA se declara expressamente responsável pela elaboração dos serviços objeto deste Contrato e por sua originalidade e autoria, garantindo que os mesmos não violam direito de propriedade intelectual de outrem.
- 12.6.** A CONTRATADA detém integralmente os direitos autorais morais (autoria e integridade da obra) sobre os produtos gerados em decorrência do Concurso e deste Contrato, sendo os direitos irrenunciáveis e inalienáveis, conforme disposto no art. 5º, XXVII, da CF, bem como na Lei Federal nº 12.378/2010 e na Lei Federal nº 9.610/98.
- 12.7.** É vedado plagiar obras, projetos e demais trabalhos técnicos de criação no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, nos termos da Resolução nº 67/2013 do CAU.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 13.1.** Em consequência deste Contrato, haverá trocas de dados pessoais entre as partes, devendo tal relação receber tratamento diferenciado e específico, em observância à Lei Federal nº 13.709/2018.
- 13.1.1.** Qualquer dado e/ou informação compartilhada com a CONTRATADA deve ser tratada com base no princípio da confidencialidade, de modo que seja armazenada com segurança e acessada apenas por pessoas autorizadas.
- 13.1.2.** A CONTRATANTE atua como controladora dos dados pessoais, cabendo-lhe definir as finalidades do tratamento.
- 13.1.3.** A CONTRATADA atua como operadora, obrigando-se a tratar os dados exclusivamente para os fins contratuais, sob orientação da CONTRATANTE.
- 13.1.4.** A CONTRATADA se compromete a notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre qualquer violação de segurança que possa causar risco aos titulares.
- 13.1.5.** A CONTRATADA se compromete, ainda, a utilizar os dados apenas para as finalidades previstas neste Contrato, vedado o compartilhamento não autorizado.
- 13.1.6.** Os dados serão conservados apenas pelo período necessário ao cumprimento do objeto contratual ou exigido por lei.
- 13.1.7.** Ao término do Contrato, a CONTRATADA deverá restituir todos os dados, conforme instruções da CONTRATANTE, e/ou apresentar comprovante de eliminação, quando aplicável.
- 13.1.8.** A CONTRATADA responde por danos, multas ou sanções decorrentes do descumprimento desta cláusula, obrigando-se a ressarcir a CONTRATANTE integralmente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

- 14.1.** As partes CONTRATANTE e CONTRATADA declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, entre elas a Lei nº 8.429/92 – Improbidade Administrativa e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos – Leis Anticorrupção, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus dirigentes, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

14.1.1. As partes CONTRATANTE e CONTRATADA declaram que têm e manterão até o final da vigência deste Contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente.

14.1.2. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, as partes CONTRATANTE e CONTRATADA desde já se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições, a:

- a. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente
- b. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta alínea é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

- 15.1.** A CONTRATADA declara, para todos os fins de direito, que tem pleno conhecimento e ciência do Programa de Integridade e Compliance da CONTRATANTE, incluindo seu Código de Ética e Conduta e demais políticas, o qual se encontra permanentemente disponível para consulta pública em seu site, no seguinte endereço:: <https://www.finatec.org.br/compliance/>.
- 15.2.** A CONTRATADA declara, ainda, que leu, compreendeu integralmente e concorda com todos os termos, diretrizes e vedações estabelecidos no referido programa.
- 15.3.** A CONTRATADA obriga-se, por si, seus sócios, administradores, prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, a cumprir e a fazer cumprir, integralmente, todas as disposições do Programa de Integridade da CONTRATANTE durante toda a vigência deste Contrato. Compromete-se, especialmente, a abster-se de praticar quaisquer atos lesivos contra a

CONTRATANTE ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, mas não se limitando a, atos de corrupção, suborno, fraude, pagamento de facilitação ou qualquer outra prática ilícita prevista na legislação aplicável, em especial a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

- 15.4.** A violação, direta ou indireta, de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula ou nos documentos que compõem o Programa de Integridade da CONTRATANTE será considerada infração contratual de natureza grave, conferindo à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato de pleno direito, de forma unilateral e imediata, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, não gerando à CONTRATADA qualquer direito a indenizações, multas, ressarcimentos ou ônus de qualquer natureza, sem prejuízo da apuração e cobrança das perdas e danos causados à CONTRATANTE.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1.** Pelo descumprimento ou inobservância de quaisquer das condições estipuladas neste Contrato, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções:

- a. Advertência
- b. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total.
- c. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
- d. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado.
- e. Suspensão temporária do direito de participar de seleções públicas e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

- 16.1.1.** As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente.

- 16.1.2.** As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da sua comunicação à CONTRATADA, mediante depósito na conta bancária da CONTRATANTE.

- 16.1.3.** Se a CONTRATADA não fizer prova do recolhimento da multa no prazo estabelecido, o valor devido será retido dos créditos ainda pendentes, devidamente corrigidos, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

- 16.1.4.** Independentemente das sanções mencionadas no item 15.1, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à composição de perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE, decorrentes de sua inadimplência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1.** Constituem, entre outros, motivos para a rescisão deste Contrato, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, independentemente de notificação ou interpelação judicial:
- a. não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas Contratuais
 - b. Lentidão ou atraso injustificado na prestação dos serviços que possa dar margem ao seu descumprimento
 - c. Paralisação dos serviços sem justa causa ou sem autorização da CONTRATANTE
 - d. Cometimento reiterado de faltas na execução deste Contrato
 - e. Imperícia, negligência, imprudência ou desídia na prestação dos serviços
- 17.2.** O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.
- 17.3.** A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir unilateralmente o presente Contrato, sem qualquer ônus, bastando, para tanto, comunicar a CONTRATADA com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 17.4.** Caso ocorra a rescisão contratual, por qualquer motivo, a CONTRATANTE se obriga a pagar apenas o valor dos serviços que foram efetivamente prestados e aprovados até então, conforme medição realizada pela(o) representante credenciada(o) ou pela comissão executora.
- 17.5.** Se quaisquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas e condições do presente Contrato e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

- 18.1.** Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, de acordo com as regras da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1.** Para dirimir quaisquer questões que venham a ocorrer relativas a este Contrato, e que não puderem ser decididas pela via extrajudicial, o Foro competente é o de Brasília-DF, renunciando desde já qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.1.1.** A parte vencida pagará à vencedora as custas, despesas extrajudiciais e demais cominações legais e contratuais.
- 19.2.** Quaisquer quantias devidas à CONTRATANTE pela CONTRATADA, em decorrência deste Contrato, serão cobradas pelo rito de execução fiscal.
- 19.3.** E por estarem assim justos e de pleno acordo, as partes assinam o presente Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ em 01 (uma) via em formato eletrônico, para todos os efeitos legais, juntamente com as 2 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

Daniel Monteiro Rosa

Diretor-Presidente da Finatec

Gestora Administrativa e Financeira dos recursos provenientes do TED firmado entre o MMulheres e a UnB

Entidade Promotora do Concurso nº 01/2026

CONTRATADA

Representante Legal da Pessoa Jurídica
Representante da Proposta vencedora do Concurso nº 01/2026

TESTEMUNHAS

Luiza Dias Coelho

Arquiteta e urbanista Coordenadora do Concurso nº 01/2026
CAU A152054-7

Caroline Cabral Rocha Bertol

Arquiteta e urbanista Assessora Técnica Especializada à Coordenação do Concurso nº 01/2026
CAU A45852-0